



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia treze de março de dois mil e doze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vítor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Marcelino Antônio Edwirges. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário determine a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia quatorze de fevereiro de dois mil e doze. Em votação, foi aprovada. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício do Partido Republicano Brasileiro, Nova Lima na luz. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.217/2012, autoria do vereador Ailton Soares Amaral, que “Dá denominação à via pública que menciona” – João Isnard Márcio Pinto; 2) Projeto de Lei nº 1.218/2012, autoria do vereador Ailton Soares Amaral, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Irene Pereira Lopes; 3) Projeto de Lei nº 1.221/2012, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação e denominação do Centro de Educação Infantil indicado e dá outras providências” – Maria de Lourdes Scoralick Serretti. Encaminhados à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: Pareceres da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente



aos: 1) Projeto de Lei nº 1.204/2011, que “Cria o Conselho Municipal de Educação de Nova Lima e dá outras providências”; 2) Projeto de Lei nº 1.206/2011, que “Institui o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial e dá outras providências”; 3) Projeto de Lei nº 1.210/2012, que “Institui a Semana Municipal do Estudante e o Dia Municipal do Estudante e contém outras disposições”; 4) Projeto de Lei nº 1.211/2012, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Artes das Ruas. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos. Pareceres da Comissão de Legislação e Justiça referentes ao Projeto de Lei nº 1.213/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Mirtes Pires de Souza e ao Projeto de Lei nº 1.215/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Fuad Farah. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos que foram encaminhados à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente esclareceu que, como vereador, recebeu documentos do vereador José Guedes. Frisou que não é a Casa que recebe, mas o vereador Nélio Aurélio de Souza. O Plenário, consultado pelo Senhor Presidente, autorizou a inclusão na pauta e leitura dos Pareceres da Comissão de Legislação e Justiça referente aos: 1) Projeto de Lei nº 1.216/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Gerson Luis Perdigão; 2) Projeto de Lei nº 1.220/2012, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona” – Associação de Apicultores das Cidades de Rio Acima e Nova Lima – AACRANOLI; 3) Projeto de Lei nº 1.222/2012, que “Dispõe sobre a desafetação da área pública que indica, autoriza sua permuta, promove a afetação da área recebida, além de dar outras



providências”; 4) Projeto de Lei nº 1.214/2012, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Glauco Sarti. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação dos projetos que foram encaminhados à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 227/2012, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2010”. Em primeira e única votação. Em discussão, o vereador Luciano Vitor Gomes parabenizou o Executivo, secretários e dirigentes do município pela competência na execução orçamentária, sinal de que o governo busca acertar. Registrou que o parecer do Tribunal de Contas é totalmente favorável às Contas de 2010 e declarou seu voto favorável. O vereador Renato Faria Silva manifestou seu voto favorável às Contas de 2010. Disse que está feliz em saber que todas as contas do Prefeito Carlinhos Rodrigues foram aprovadas sem restrições pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Informou que existe uma conta com restrição do ex-prefeito Vítor Penido de Barros porque não gastou o percentual obrigatório com ‘Saúde’ e, infelizmente, até hoje, o Tribunal não enviou para a Câmara avaliar e votar. Afirmou que deixa seu protesto quanto ao fato de o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais não ter dado aos vereadores o prazer de avaliar com critério as Contas de 2002 ou 2003 do ex-prefeito Vítor Penido de Barros. Parabenizou o prefeito que, graças à própria competência, goza da aprovação de oitenta por cento da população. Afirmou que apesar de os urubus sobrevoarem o Paço Municipal não acharão carniça. O vereador José Guedes informou que votará contra as Contas de 2010 do Prefeito Carlos Roberto



Rodrigues porque fizeram um levantamento e há poucos minutos entregou quatro pastas para cada vereador. Falou que não concorda com o fato de o Tribunal de Contas passar por cima de certas coisas que estão no relatório com documentos oficiais, grandes fraudes em 2010 e outros anos. Disse esperar que a Câmara o apoie nesta caminhada. Quanto às contas do Vítor Penido, esclareceu que ficou faltando meio por cento porque não incluíram o 'Saneamento Básico' na 'Saúde'. Relatou que em breve o Tribunal de Contas enviará para a Casa e os vereadores terão ciência. O vereador Cássio Magnani Júnior aplaudiu e parabenizou a administração pública municipal e o Prefeito Carlos Roberto Rodrigues que teve todas as contas aprovadas em tempo recorde. Ressaltou que o Tribunal de Contas possui critérios rigorosíssimos e, caso houvesse alguma irregularidade, com certeza, seria levantada. O vereador Sandro Lima disse que com honra, prazer e tranquilidade, antecipa seu voto favorável à aprovação da prestação de contas do prefeito Carlos Roberto Rodrigues referente ao ano 2010. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques parabenizou o Prefeito Carlinhos Rodrigues por ter as contas de quase todos os anos já aprovadas pela Câmara, ratificando os pareceres do Tribunal. Relatou que nos quatro anos em que foi prefeito, teve três contas aprovadas sem ressalvas, em uma o parecer apresentou uma ressalva, alegando que havia uma contratação sem concurso público. Esclareceu que foi uma contratação temporária de um profissional especializado para atender à educação até que o concurso público ocorresse. Disse que o Tribunal trabalha com muito rigor e quando há uma conta com parecer favorável, devem aplaudir e cumprimentar o prefeito e seus assessores.



Antecipou seu voto favorável. O vereador Renato Faria Silva disse que o Tribunal tem olhos de lince para certas coisas e faz vistas grossas para outras. Afirmou que no caso do vereador Ronaldo considera princípio da insignificância, diferente do caso Vítor Penido de Barros. Relatou que os argumentos do advogado do ex-prefeito são o princípio da insignificância, quando meio por cento de um orçamento de trezentos e sessenta milhões chega a quase dois milhões de reais. Em votação, o projeto foi aprovado por 08 votos favoráveis, 01 contrário do vereador José Guedes e encaminhado à promulgação. O vereador Luciano Vitor Gomes pediu licença para se ausentar devido a compromisso na Associação dos Servidores. O Senhor Presidente nomeou o vereador Ronaldo Gonçalves Marques Secretário Ad Hoc. O vereador José Guedes justificou seu voto afirmando que não pode aceitar que o Tribunal aprove irregularidades. Relatou que teve um grande trabalho, fez um levantamento de vários anos, inclusive 2010, com empenhos e documentos oficiais da prefeitura e encontrou coisas absurdas. Falou que não lhe interessa o que o Tribunal fez, mas sim os documentos que estão nas mãos dos vereadores. Disse que luta pelos seus filhos e netos, devem tomar providências, pois num futuro próximo Nova Lima será um caos. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação requerimento de autoria do vereador José Guedes: “Requer da Mesa Diretora a informação oficial se o Prefeito Municipal já enviou o Plano Diretor a esta Casa”. O Senhor Presidente esclareceu que o Plano Diretor está na Câmara, mas conforme a Assessoria da Casa e advogados que consultou, o prefeito fez o encaminhamento errado, pois não enviou o geo-referenciamento e as diretrizes.



Afirmou que aguarda e, enquanto não chegar o geo-referenciamento e as diretrizes, não colocará o Plano Diretor em tramitação. Aprovado, 07 votos. O vereador Cássio Magnani Júnior propôs requerimento verbal para que a Casa envie Moção de Pesar ao Servidor Ronaldo Antônio D'Anunciação e demais familiares pelo falecimento da mãe dele. Aprovado, 07 votos. O vereador José Raimundo Martins fez requerimento verbal para propor que a Casa, em nome dos vereadores, envie Moção de Pesar à família de Ana Maria Bastos Dias Araújo, ex-funcionária da Casa. Aprovado, 07 votos. O vereador Renato Faria Silva propôs requerimento verbal para que a Câmara envie ofício ao Governador do Estado reiterando a solicitação de reinstalação dos plantões na Delegacia de Nova Lima, visto que os mesmos estão sendo feitos em Vespasiano. Afirmou que isto traz desconforto e aborrecimento para as famílias e dificuldade de trabalho para advogados, escrivães, oficiais de justiça e juízes por causa de incompetência do governo do estado. Registrou que a Comarca é extremamente importante para o Estado de Minas Gerais e Nova Lima é uma das primeiras cidades em tudo, mas acaba sendo a última em segurança pública. O Senhor Presidente informou que receberam e leram a resposta do Secretário de Estado dizendo que tomaria providências. Aprovado, 07 votos. O vereador José Raimundo Martins recordou que fizeram requerimento solicitando providências quanto aos dependentes químicos que estão morando na Praça Bernardino de Lima e não mereceram sequer uma resposta. Afirmou que está profundamente contrariado com o silêncio do governo que devia tomar providências urgentes. Os vereadores Renato Faria Silva e Sandro Lima pediram



licença para se ausentarem. No Grande Expediente, o vereador José Guedes parabenizou o vereador Zuca. Disse que o que acontece na Praça é pouco diante do que ocorre nos bairros, e a prefeitura não toma nenhuma providência. Registrou: “Existem sete ações civis públicas feitas pelo Ministério Público, processando o prefeito por improbidade administrativa, inclusive pede até seu afastamento da prefeitura. Quarenta prefeitos cassados em Minas Gerais até o mês de novembro de 2011, com destaque para Conceição do Mato Dentro, onde foram cassados seis prefeitos. Na cidade de Mariana em Minas Gerais, foram cassados quatro prefeitos em quatro anos. Centenas de prefeitos foram cassados no Brasil, por que será que em Nova Lima o prefeito não foi cassado? Somente Wilson Otero ingressou na justiça com trinta e quatro processos contra o prefeito Carlos Roberto Rodrigues. O prefeito tem aproximadamente sessenta processos, alguns do vereador José Guedes e de outras pessoas. Mais de dez milhões o valor de um quilômetro de estrada. O Denit estimou o gasto de um milhão e oitocentos mil reais para asfaltar cada quilômetro de estrada. A alça que vai ser construída próximo ao BH Shopping vai custar dez milhões, e o quilômetro de asfalto nesta estrada próximo da Apac ( Honório Bicalho) a prefeitura vai pagar pelo convênio mais de dez milhões. Secretários municipais formam grupos para retirar recursos da prefeitura (ação entre amigos), Secretário de Desenvolvimento Econômico retém da Secretaria Municipal de Cultura cento e quarenta mil reais. O Sr. Secretário de Comunicação retira de sua própria secretaria uma verba para a empresa que ele participa. Promotora do Ministério Público acusa o prefeito de desviar aproximadamente dois milhões de reais dos recursos



do transporte escolar. Compra em mais de vinte e cinco milhões de reais sem licitação pública no ano de 2009. ETE: devolveu um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil reais. Praça Senai passou por duas reformas e continua apresentando problemas: valor aproximado de setecentos mil reais. Empréstimos foram aprovados, vinte e sete milhões, seiscentos e quarenta mil reais para construção da barragem, e até hoje não foi construída. Festa do Cavalo 2008: devolveu novecentos e cinquenta mil reais. Festa do Cavalo 2007: sumiu aproximadamente dois milhões. Honda Civic: devolveu quatro mil e dez reais. Grama Vila São Luiz custa sete reais e cinquenta centavos, pagaram duzentos e cinquenta reais. Praça do Espaço Cultural (passeio, grama e flores) sessenta mil reais. Tábua pinos custa doze reais, pagaram cento e trinta e dois reais por cada tábua. Pasmem os senhores, tenho em minhas mãos o orçamento do show do cantor Dudu Nobre, no valor de cinquenta mil reais, a prefeitura pagou duzentos e trinta mil reais. Alguém embolsou cento e oitenta mil reais. Show de Beth Carvalho, cachê de cento e cinquenta e cinco mil reais. Incluindo todas as despesas deu um valor total de setecentos e cinquenta e sete mil reais. Show do cantor Fagner: cento e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais. Carnaval 2011: gasto aproximado de um milhão e quinhentos mil reais. Segurança: trezentos e quarenta mil reais. Apresentação de músicos no acompanhamento de blocos e bandas: duzentos e quarenta mil reais. Serviço infraestrutura de som, gradis, tendas, palcos e barracas: setenta e oito mil reais. Banheiro químico: setenta e oito mil e trezentos reais. Locação de carro de som: setenta e nove mil reais. Serviço gráfico: setenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais.





Serviço vigilância e monitoramento eletrônico: setenta e sete mil, novecentos e vinte reais. Serviço de sonorização: setenta e quatro mil reais. Serviço de iluminação: sessenta e nove mil reais. Marylou: quinze mil, quinhentos e cinquenta reais. Coronel dos Prontos: treze mil reais. É assustador, a prefeitura aluga um imóvel por vinte e dois mil reais mensais, será que houve uma avaliação imobiliária financeira? A empresa Via Ouro foi contratada sem licitação por seis milhões de reais para fazer transporte escolar. A prefeitura alugou dez carros para a Guarda Municipal, o preço do aluguel é mais caro que a compra dos veículos. Pagou onze reais em um frasco de água oxigenada, sendo o preço um real e dez centavos. Vinte milhões de reais em propagandas enganosas. Nova Lima nos seus 311 anos, jamais em tempo algum passou por tanta vergonha, por exemplo, a visita da Polícia Federal na Prefeitura de Nova Lima. Peço a todos os vereadores que leiam as minhas denúncias com atenção e apreço para juntos tomarmos as devidas providências contra este prefeito porque Nova Lima está num caos financeiro”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_